

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE
PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A.

PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.

RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES
DA AUDITORIA INTERNA
RAINT 2015

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS.....	3
2.1 Ação de Auditoria n.º 01 – Elaboração do regimento Interno e do Estatuto da Auditoria Interna.....	4
2.2 Ação de Auditoria n.º 02 – Assessorar a elaboração do Relatório de Gestão 2014	4
2.3 Ação de Auditoria n.º 03 – Avaliação da estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.....	5
2.4 Ação de Auditoria n.º 04 – Análise do Mapeamento de Processos e n.º 05 – Auditoria do Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo	6
2.5 Ação de Auditoria n.º 06 – Elaboração do PAINT 2016.....	7
2.6 Ação de Auditoria n.º 07 – Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e Contratações Diretas.....	8
2.7 Quadro comparativo – Ações HH estimado e realizado 2015	9
3. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	9
3.1 Implementação das diretrizes presentes nos modelos conceituais COSO I e COSO II	10
3.2 Implementação dos Temas	12
3.3 Criticidade	14
3.4 Conclusão	16
4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS.....	17
5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	18
6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	18
7. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES.....	18
8. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS.....	18

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo é o órgão de Controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração.

A Unidade de Auditoria Interna tem por objetivo assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da empresa e apoiar os órgãos federais de controle interno e externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme o Decreto nº 3.591/2000, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta vinculadas aos Ministérios estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União- CGU.

A CGU detém competência para avaliar o desempenho da Auditoria Interna. Para efeito de integração das ações de controle, a unidade de auditoria interna deve apresentar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício anterior (RAINT).

O presente Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, foi elaborado pela Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo, de acordo com a Instrução Normativa nº 24 de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU.

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS

Anualmente, o Auditor Chefe submete ao Conselho o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para revisão e aprovação.

Conforme artigo 4º da IN nº 07/CGU PR, de 29/12/2006, a proposta de Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna- PAINT deveria ter sido submetida à análise prévia da CGU, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução. Considerando que a indicação do Auditor Interno da PPSA foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2014 e pela CGU em 05 de março de 2015, a proposta do PAINT 2015, não foi confeccionada pela Auditoria Interna que estava pendente de estruturação.

Uma versão preliminar do PAINT foi enviada para aprovação do Conselho de Administração, sem análise prévia da CGU, sendo posteriormente enviada para o órgão de controle para apreciação. O PAINT 2015 foi analisado pela CGU que apresentou algumas propostas de alteração no Relatório n.º 201500023, de 02 de fevereiro de 2015.

Desta forma, as ações abaixo representam a proposta revisada de PAINT 2015, contemplando as sugestões apresentadas na análise da CGU, com o status atual de implementação de cada atividade e comentários acerca de sua realização em 2015:

2.1 Ação de Auditoria n.º 01 – Elaboração do regimento Interno e do Estatuto da Auditoria Interna

Avaliação sumária - Riscos: Não cumprimento da legislação pertinente.

Relevância: O Regimento Interno da Auditoria Interna é código obrigatório para regulamentação das atividades da Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Implantar o Regimento Interno.

Resultados Esperados: Assegurar aderência à legislação vigente, melhorar a governança e regular a atividade da Auditoria Interna.

Escopo: Confeção do Estatuto e Regimento Interno da Auditoria Interna

Tempo estimado em RH/Horas: 80 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 64 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

Como resultado foi confeccionado Regimento Interno e o Estatuto da Auditoria Interna observando as boas práticas e as orientações do The Institute of Internal Auditors (IIA), incluindo a Definição de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna STANDARDS (International Standards for the Professional Practices of Internal Auditing).

As Práticas Recomendadas, Guias Práticos e Declarações de Posicionamento do The Institute of Internal Auditors também serão aplicáveis para guiar a atuação da Auditoria Interna. Neste processo a Auditoria Interna, também, irá observar as orientações propostas pelo Conselho Federal de Contabilidade na NBC TI 01 - Auditoria Interna.

O Regimento e o Estatuto foram levados à apreciação do Conselho de Administração e aprovados em 17 de julho de 2015, Ata n.º 21/2015 do CA.

2.2 Ação de Auditoria n.º 02 – Assessorar a elaboração do Relatório de Gestão 2014

Avaliação sumária - Riscos: Não atender às exigências do Controle Interno e Externo e não cumprir com as decisões normativas do TCU.

Relevância: Prestar Contas para a sociedade.

Objetivo da Auditoria: Acompanhar a formalização do Relatório de Gestão, de acordo com a legislação pertinente.

Resultados Esperados: Envio do Relatório em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.

Escopo: Assessorar a realização do Relatório Anual de Gestão relativo ao exercício de 2014.

Tempo estimado em RH/Horas: 160 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 216 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O relatório de gestão de 2014 foi concluído e entregue no prazo. A Auditoria Interna realizou apresentação para o corpo de funcionários orientando sobre a importância do tema, além de orientar na observância do conteúdo e assessorar no processo de confecção e envio.

Foram excedidas 56 RH/Horas do planejamento inicial para assessorar a elaboração do relatório, entretanto, para o exercício de 2016 é esperada a utilização de uma quantidade inferior de RH/Horas, uma vez que o corpo de funcionários já adquiriu experiência para a construção da peça.

2.3 Ação de Auditoria n.º 03 – Avaliação da estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos

Avaliação sumária - Riscos: O Sistema de Controle Interno da PPSA pode falhar na identificação, mensuração e registro dos fatos e eventos. Ausência da Gestão de Risco não permite a identificação de áreas críticas da organização.

Relevância: O estabelecimento de um ambiente robusto de controles internos é fundamental para gestão da companhia, pois visa a estabelecer um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada das atividades da empresa. A Gestão de Riscos é o processo de organizar e planejar recursos humanos e materiais de uma empresa de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos na organização, utilizando um conjunto de técnicas que visa minimizar os efeitos dos danos acidentais direcionando o tratamento aos riscos que possam causar danos ao projeto, às pessoas, ao meio ambiente e a imagem da empresa.

Objetivo da Auditoria: Avaliar a estrutura existente de controles internos e a política de gestão de riscos.

Resultados Esperados: Aprimoramento dos Controles Internos e da Política de Gestão de Riscos Corporativos.

Escopo: Análise do Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Estrutura de Controles Internos orientado pelo COSO I, COSO II e ISO 31000.

Tempo estimado em RH/Horas: 200 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 256 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

Será apresentado, no terceiro capítulo deste relatório, um resumo das atividades realizadas e dos resultados obtidos na Avaliação da Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

A ação de auditoria n.º 3 foi concluída em janeiro de 2015, consumindo mais 80 RH/Horas em 2016, excedendo 136 RH/Horas das inicialmente foram programadas. O consumo excessivo de RH/hora ocorreu devido ao pioneirismo da análise realizada e ao envolvimento de todas as diretorias no processo, o que demandou maior gasto com RH/Horas.

Na análise realizada foram identificados aspectos positivos e oportunidades de melhoria referentes às políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

Foi possível, também, realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados.

2.4 Ação de Auditoria nº 04 – Análise do Mapeamento de Processos e n.º 05 – Auditoria do Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo

Avaliação sumária - Riscos: Falhas no mapeamento dos processos e macroprocessos comprometem a execução das atividades, a identificação de falhas, o mapeamento de riscos e a eficiência, eficácia e efetividade das atividades da empresa. Redução dos recursos para o Fundo Social – FS, conforme Lei 12.351/2010, artigo 49º, Inciso III.

Relevância: Os processos e macroprocessos constituem-se em elementos fundamentais na execução e planejamento das atividades principais da empresa. Atendimento ao disposto nos Contratos de Partilha da Produção

Objetivo da Auditoria: Analisar os processos mapeados buscando a identificação de falhas e inconsistências visando o aprimoramento. Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos relativos à apuração do custo em óleo a ser ressarcido ao consórcio.

Resultados Esperados: Aprimoramento dos processos e macroprocessos. Coibir as irregularidades e impropriedades.

Escopo: Analisar os processos mapeados relativos à atividade de Reconhecimento de Custo em Óleo. Verificar as trilhas dos gastos reconhecidos, analisar o processo de reconhecimento de custo em óleo e realizar testes amostrais.

Tempo estimado em RH/Horas: 360 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 352 homens-hora

Status Atual: Em finalização

Comentários:

Os pontos de auditoria detectados foram enviados para resposta e comentários das diretorias. Foram propostas melhorias na gestão operacional, com alteração no procedimento, fluxograma e propostas de manualização de atividades.

Foram recomendadas revisões na metodologia adotada na verificação de pertinência e consistência dos gastos, aprimoramento na análise orçamentária, na verificação da variação cambial, no reconhecimento do hh próprio operador e secondees, na identificação dos impostos e na definição dos serviços prestados pelo operador.

Foi recomendada a realização de controles das remessas anteriores dos gastos apresentados para reconhecimento e no gerenciamento da conta custo em óleo. Foi recomendada, também, a confecção de procedimentos para reexame de custo em óleo, para análise dos pedidos de reconsideração e o aprimoramento da auditoria de custo em óleo, por meio da revisão da estrutura organizacional e do estabelecimento de norma de funcionamento da auditoria.

No PAINT 2016, são previstas 304 homens-hora para análise das manifestações, busca de soluções, conclusão do relatório e apresentação do resultado final para alta administração.

2.5 Ação de Auditoria n.º 06 – Elaboração do PAINT 2016

Avaliação sumária - Riscos: Comprometimento das atividades de auditoria executadas no exercício seguinte.

Relevância: Orientar os trabalhos de auditoria e permitir ao Gestor e Órgão de Controle acompanhamento das ações previstas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência aos órgãos de controle interno e externo das atividades programadas para 2016

Resultados Esperados: Elaboração do PAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido

Escopo: Definição das áreas e atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2016

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 56 homens-hora

Status atual: Concluída

Comentários:

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2016 foi encaminhado para análise prévia da CGU em 28/10/2015, a qual não se manifestou acerca de seu conteúdo. A versão final do PAINT 2016 aprovada pelo CA está sendo enviada junto com este Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015 à CGU, respeitando o prazo estipulado no art 8º e art 16 da IN CGU n.º 24/2015.

2.6 Ação de Auditoria n.º 07 – Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e Contratações Diretas

Avaliação sumária- Riscos: Existência de impropriedades nos processos licitatórios e nas contratações diretas.

Relevância: É considerada a área relevante pelos riscos envolvidos. Praticamente todos os recursos da Instituição, de capital e custeio, são aplicados via licitação/ contratação direta.

Objetivo da Auditoria: Analisar se na instrução dos processos de licitação e das contratações diretas foram cumpridos os princípios administrativos e as normas vigentes; observar as especificações dos objetos verificando se houve restrição à competição ou direcionamento da licitação e avaliar a eficiência e a eficácia dos recursos públicos envolvidos.

Resultados Esperados: Processos bem formalizados e em consonância com legislação vigente

Escopo: 1 - Verificar a adequação da modalidade de licitação utilizada com base nos critérios qualitativos e quantitativos em vigor. 2- Verificar, nas aquisições de compra, serviços e obras: se a natureza do material é compatível com as atividades típicas da requisitante 3-Verificar se ocorreu o correto enquadramento, de acordo com as hipóteses de inexigibilidade de licitação. 4-Verificar se ocorreu correto enquadramento, de acordo com as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. Serão examinados os processos licitatórios e as contratações diretas mais relevantes (valor e risco).

Tempo estimado em RH/Horas: 160 homens-hora

Status Atual: Não executada

Comentários:

A atividade não foi executada em função da complexidade das atividades de Avaliação da Estrutura de Controles Internos e de Gestão de Riscos Corporativos e da Auditoria de Reconhecimento de Custo em Óleo, que consumiram a maioria dos recursos RH/horas do exercício.

A Ação foi transferida para 2016, PAINT 2016 - AÇÃO DE AUDITORIA Nº 008 - AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES DIRETAS, com previsão de 160 RH/horas.

2.7 Quadro comparativo – Ações HH estimado e realizado 2015

	HH Estimado	HH Realizado	HH Variação
Ação de Auditoria n.º 1 – Elaboração do Regimento Interno e do Estatuto da Auditoria Interna	80	64	-20%
Ação de Auditoria n.º 2 – Assessorar a elaboração do relatório de Gestão 2014 e no Processo de Prestação de Contas.	160	216	35%
Ação de Auditoria n.º 3 – Avaliação da Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.	200	256	28%
Ação de Auditoria n.º 4 – Análise do Mapeamento de Processos e Macroprocessos	160	352	-2%
Ação de Auditoria n.º 5 – Auditoria do Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo.	200		
Ação de Auditoria n.º 6 – Elaboração do PAINT 2016	40	56	40%
Ação de Auditoria n.º 7 – Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e Contratações Diretas.	160	0	-100%
3 - Reserva Técnica para atendimento às demandas de Órgãos de Controle (TCU e CGU)	40	72	80%
4 - Reserva Técnica para atendimento de solicitações especiais da Alta Administração. (DE, CA e CF)	80	168	110%
5 - Atividades complementares (revisão de relatórios, revisão de procedimentos, manuais, mapeamento de processo, padronização das práticas da Auditoria e estudos especiais)	56	96	71%
6 - Horas reservadas ao acompanhamento da implementação das recomendações de auditoria	0	0	0%
7 - Capacitação e Treinamento	80	0	-100%
8 - Férias	200	176	-12%
Total	1456	1456	0%

3. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Iniciamos a apresentação do RAINT com a síntese da análise acerca do nível de maturação dos controles internos e da gestão dos riscos corporativos da empresa

Foi confeccionado questionário como objetivo de colher informações sobre as práticas de gestão, visando avaliar a Estrutura de Controles Internos e o Gerenciamento de Riscos Corporativos, fornecendo, também, subsídios para a preparação da primeira matriz de risco da Auditoria Interna da PPSA.

Este instrumento foi elaborado pela Auditoria Interna da PPSA, com base no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, em modelos internacionais aplicados à governança e à gestão estratégica, tais como o adotado na esfera federal dos Estados Unidos (Human Capital Assessment and Accountability Framework) e o publicado pela Federação Internacional de Contadores (Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective), em modelos nacionais adotados pelos órgãos de controle CGU e TCU (Perfil GovPessoas e PerfilGovTI), nas orientações da ISO 31000 (Gestão de riscos — Princípios e diretrizes) e nos modelos conceituais COSO I (Internal Control – Integrated Framework) e COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework).

Inicialmente, foram propostas mais de 350 questões relativas a boas práticas e diretrizes a serem adotadas. O questionário foi refinado visando a refletir tanto as características da empresa, quanto o seu estágio de implementação. No final, foram avaliadas 188 questões relativas a práticas associadas à Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Planejamento Estratégico e Conformidade e Controle.

As informações geradas pelo questionário são de grande importância e visam contribuir para o aprimoramento na gestão da empresa, na medida em que fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

O questionário é composto por perguntas sobre políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos. As perguntas estão divididas nos 8 componentes propostos no modelo conceitual COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework): Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

Esta metodologia procurou abranger importantes fatores críticos para o alcance de resultados e o cumprimento da missão organizacional.

O questionário foi distribuído para as quatro Diretorias da PPSA, que apresentaram um diagnóstico da gestão da empresa baseado nas impressões de cada uma. Após a coleta dos resultados, foi quantificada a média das respostas de cada item, visando a diluir as variações encontradas nas respostas. A seguir, apresentamos uma síntese do diagnóstico realizado no 4º trimestre de 2015.

3.1 Implementação das diretrizes presentes nos modelos conceituais COSO I e COSO II

Considerando a adoção de políticas e diretrizes relacionadas à estrutura dos controles internos (COSO I), o grau de implementação apresentou a seguinte configuração.

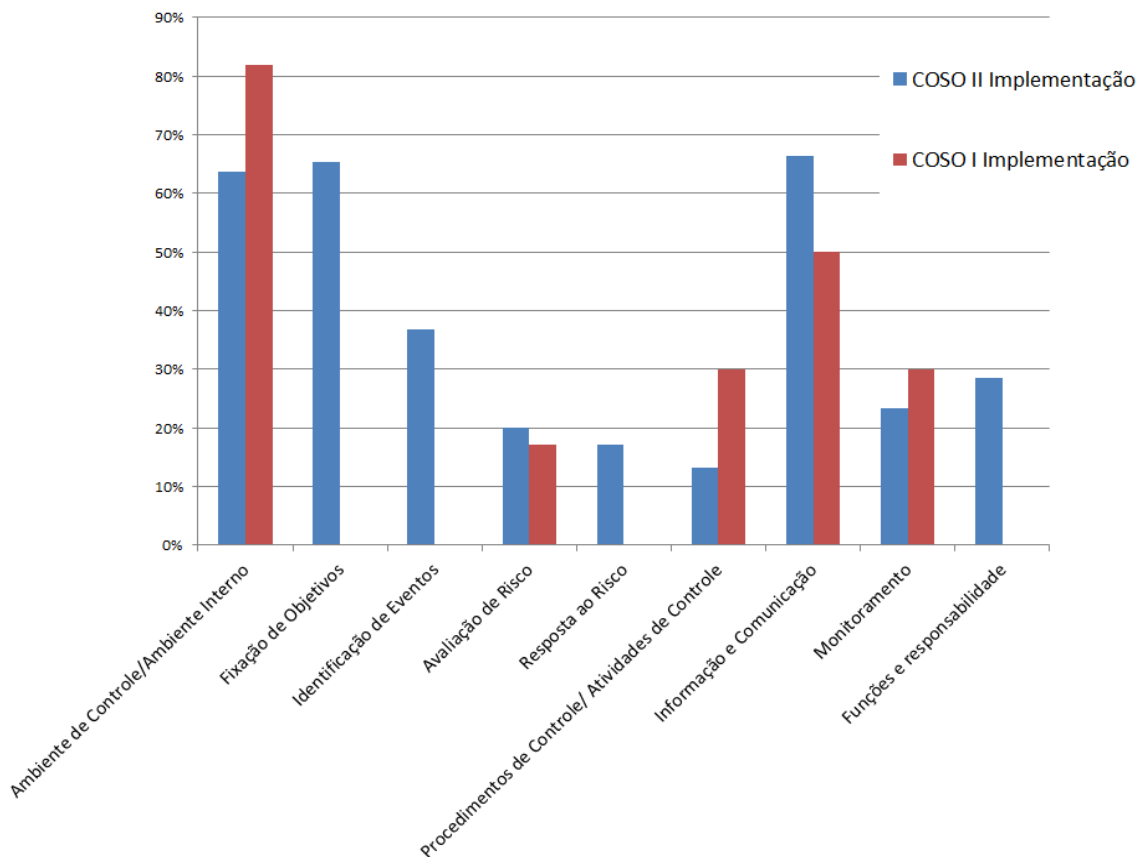
Rótulos de Linha	Média de Implementação média	Média de Relevância da Questão (média)
Ambiente de Controle/Ambiente Interno	82%	84%
Avaliação de Risco	17%	74%
Procedimentos de Controle/ Atividades de Controle	30%	70%
Informação e Comunicação	50%	80%
Monitoramento	30%	80%
Total Geral	47%	78%

Na avaliação baseada nas diretrizes apresentadas no modelo conceitual COSO I (Internal Control – Integrated Framework), avaliação voltada à estrutura de controles internos, os componentes que apresentaram menor grau de implementação foram Avaliação de Riscos (17%), seguido por Atividades de Controle e Monitoramento (30%). A média de implementação das políticas/diretrizes é de 47%.

Considerando a adoção de políticas e diretrizes relacionadas à estrutura de gestão de riscos corporativos (COSO II), o grau de implementação apresentou a seguinte configuração.

Rótulos de Linha	Média de Implementação média	Média de Relevância da Questão (média)
Ambiente de Controle/Ambiente Interno	64%	80%
Fixação de Objetivos	65%	78%
Identificação de Eventos	37%	75%
Avaliação de Risco	20%	72%
Resposta ao Risco	17%	70%
Procedimentos de Controle/ Atividades de Controle	13%	70%
Informação e Comunicação	66%	76%
Monitoramento	23%	77%
Funções e responsabilidade	28%	86%
Total Geral	45%	77%

Na avaliação baseada nas diretrizes apresentadas no COSO II (Enterprise Risk Management – Integrated Framework), avaliação voltada à estrutura de gestão de riscos corporativos, os componentes que apresentaram menor grau de implementação foram Procedimentos de Controle (13%), Resposta ao Risco (17%), Avaliação de Risco (20%) e Monitoramento (23%). A média de implementação das políticas/diretrizes é de 45%.



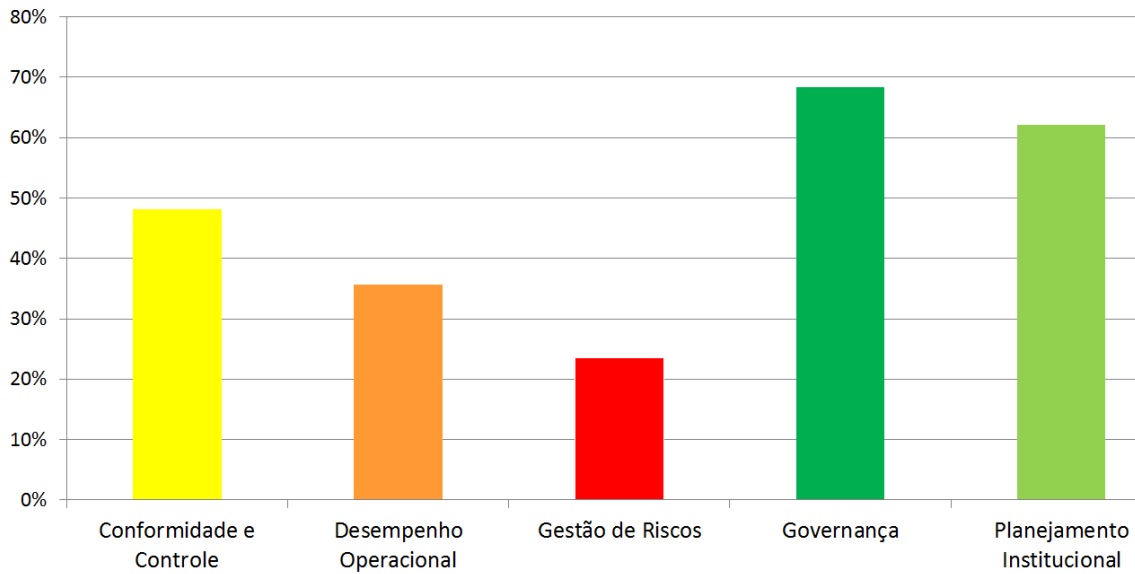
Em ambos os modelos conceituais, as avaliações dos componentes relacionados à gestão de risco corporativo (avaliação e resposta ao risco), ao monitoramento e às procedimento/atividades de controle foram avaliados abaixo da média.

3.2 Implementação dos Temas

As questões estão agrupadas nos oito componentes COSO, a saber: Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

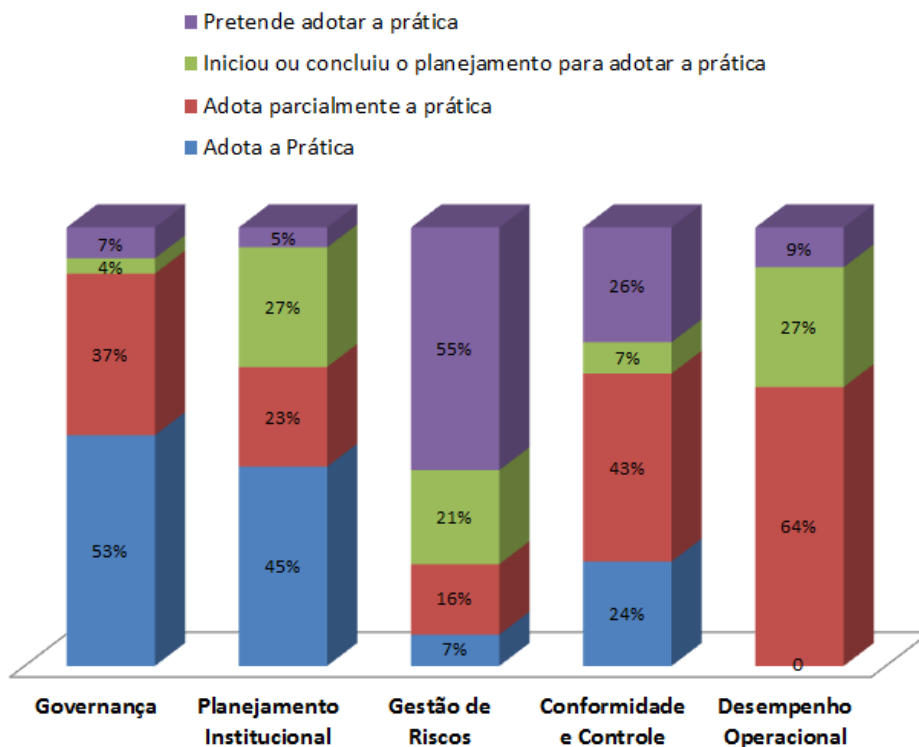
Os componentes possuem perguntas sobre políticas e práticas relacionadas aos seguintes temas: Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

A seguir apresentamos uma avaliação sintética do grau de implementação dos temas:



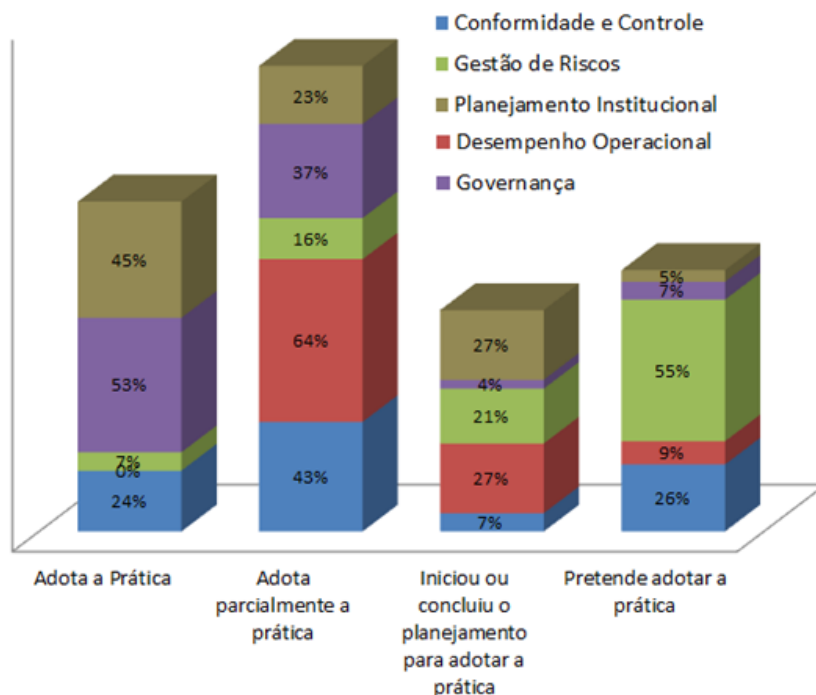
As políticas e diretrizes relacionadas à gestão de riscos corporativos, ao desempenho operacional e à conformidade e controle tiveram o menor grau de implementação, de acordo com a avaliação.

As questões referentes às políticas e diretrizes foram divididas em 5 estágios de implementação: 1 - Não adota a prática, 2 - pretende adotar a prática, 3 - iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática, 4 - adota parcialmente a prática e 5 - adota a prática. No gráfico, a seguir, apresentamos para cada tema, o percentual de questões classificadas em cada estágio de implementação.



Percebemos que o tema governança possui o maior percentual de implementação de políticas e diretrizes, 90% foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas, no outro extremo, o tema gestão de riscos, possui o menor percentual de implementação, apenas 23% das políticas foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas.

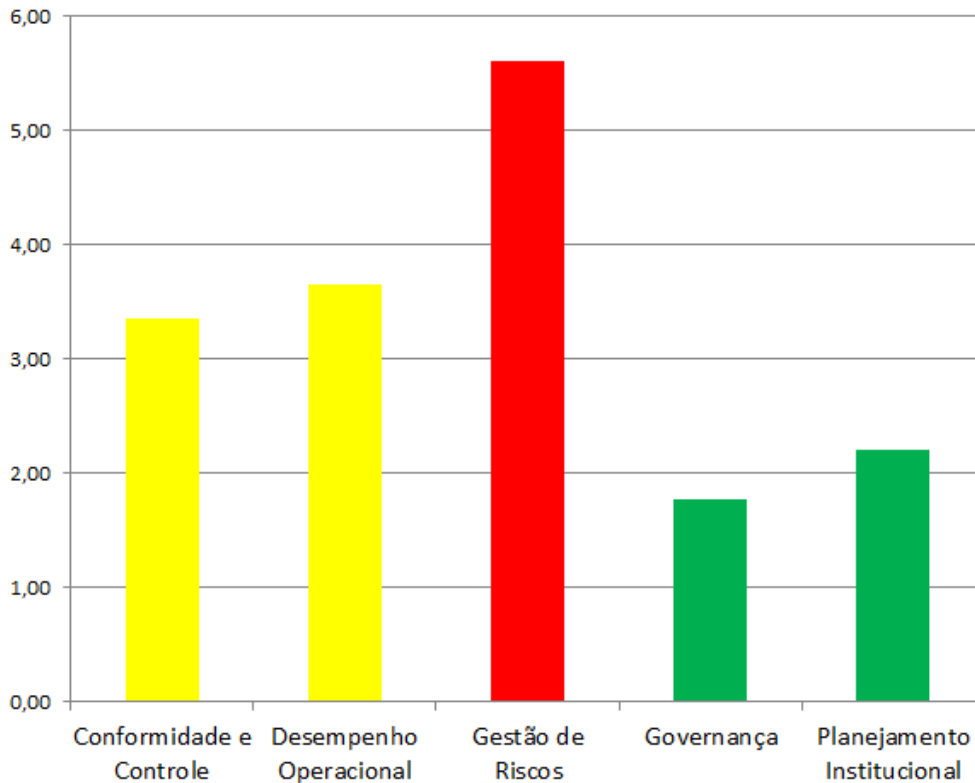
No gráfico, a seguir, é possível visualizar o percentual de implementação de cada tema e a participação dos temas em cada grau de implementação.



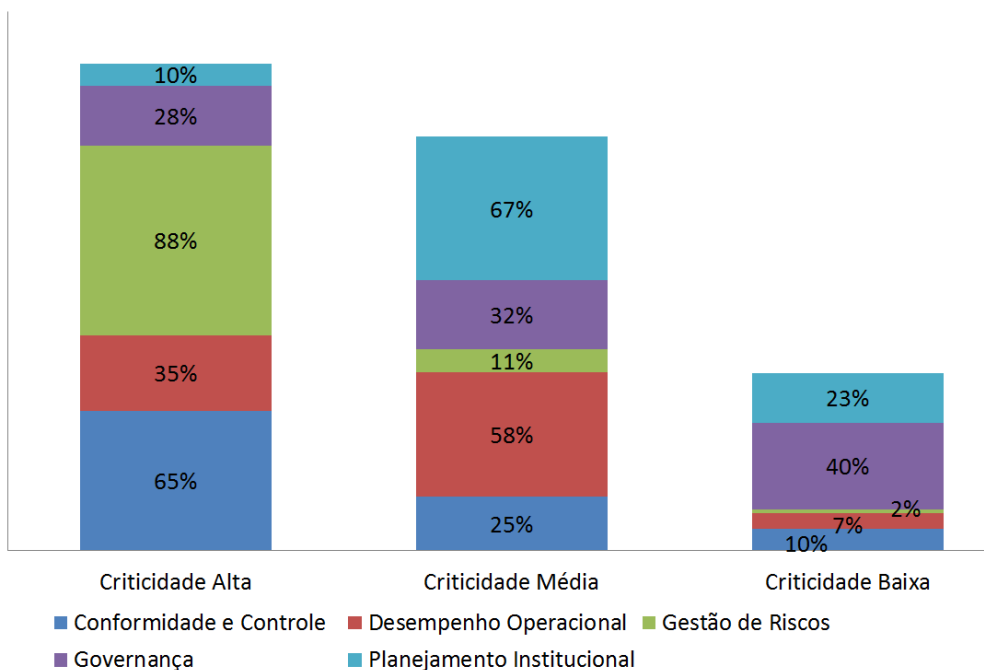
No gráfico, anterior podemos perceber que a maioria das políticas/diretrizes encontra-se parcialmente implementada, isto é, com percentual de implementação entre 35% e 75%. Com relação às políticas/diretrizes em que a empresa pretende adotar a prática (ente 5% e 15%), os temas com maior participação são: gestão de riscos e conformidade e controle. Também, da análise do gráfico, percebemos que o tema desempenho operacional não apresentou nenhuma prática considerada plenamente adotada.

3.3 Criticidade

Na análise, a criticidade foi definida como a razão entre a relevância da questão e o grau de implementação. Com isso, quanto maior o grau de importância e menor o grau de implementação, maior a criticidade da questão. No gráfico, a seguir, apresentamos o grau de criticidade médio apurados em cada tema.



O tema com o maior grau de criticidade apurado foi referente ao tema gestão de riscos, seguido de desempenho operacional e conformidade e controle. No gráfico, a seguir, é possível visualizar a distribuição da criticidade (alta, média e baixa) para cada tema e a participação dos temas em cada nível de criticidade apurado.



Da análise do gráfico, verificamos que os temas gestão de riscos (88%) e conformidade e controle (65%) são percebidos de maior criticidade, e que o tema desempenho operacional

apresentou, além de um percentual considerável classificado como de criticidade alta (35%), um alto percentual classificado como de criticidade média (58%).

A criticidade foi definida como a razão entre a relevância da questão e o grau de implementação. Na análise dos questionários constatamos que não houve grandes variações na percepção da relevância das políticas/diretrizes. Com isso, o grau de implementação foi o fator que influenciou na classificação da criticidade.

Foram realizadas simulações conferindo maior peso à relevância das políticas/diretrizes e percebemos que há um relativo remanejamento de algumas políticas/diretrizes entre criticidade alta e média, sem afetar a percepção média global dos temas.

3.4 Conclusão

A Pré-sal Petróleo encontra-se em processo de implantação, diversos aspectos referentes à estruturação básica estão sendo implementados. Por essa razão, atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra baixo. As políticas/diretrizes que apresentaram maior defasagem na implantação foram às relacionadas à gestão de risco, à conformidade e controle e ao desempenho operacional.

Atualmente a empresa está adotando ações que irão colaborar na melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, o que será observado na próxima avaliação a ser realizada no final deste exercício.

A seguir, elencamos as ações que irão colaborar para melhoria da percepção da implementação das políticas/diretrizes de gestão, que estão em fase de estudo e implantação:

- Contrato de Remuneração
- Termo de Gestão
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão da empresa com o Mapeamento de Processos e Macroprocessos e a confecção de procedimentos e manuais
- Oficinas de Planejamento Operacional e Estratégico
- Plano de Mitigação para os riscos apontados no Relatório e Voto que fundamentam o Acórdão n.º 2900/2015.
- Desenvolvimento da estrutura de gestão de riscos corporativos
- Desenvolvimento da estrutura de avaliação de desempenho operacional – indicadores de desempenho.

Na análise realizada foram identificados aspectos positivos e oportunidades de melhoria referentes às políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

Foi possível, também, realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS

Durante o exercício de 2015, somente foi realizada uma atividade sem previsão no PAINT, em atendimento a solicitação do Conselho Fiscal, registrada na Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de junho de 2015. Na referida ata consta a seguinte recomendação à Auditoria:

“considerando a aprovação de viagem, objeto da PRD -41/2015, o Conselho Fiscal recomenda ao Auditor Interno que, dentro de noventa dias, apresente um relatório sobre os gastos de viagem da PPSA até esta data e comparação destes gastos com os de outras estatais e proponha alternativas para o pagamento de passagens e diárias no âmbito viagens a serviço;”

Objetivando atender a solicitação do Conselho Fiscal, foram programadas duas análises distintas:

- 1) Análise dos gastos na realização das viagens internacionais relativas à participação da PPSA na OTC (Offshore Technology Conference), comparando com os gastos de outras instituições participantes.
- 2) Estudo do normativo adotado pela PPSA, para viagens nacionais e internacionais, em comparação com o de outras instituições, visando a identificar oportunidades e propondo alternativas para aperfeiçoamento dos processos analisados.

Objetivando a verificação dos gastos, apontados pelo Conselho Fiscal, na realização das viagens internacionais relativas à participação da PPSA na OTC (Offshore Technology Conference), foram solicitados, para análise, processos relativos a viagens realizadas pelos representantes da PPSA para participação no referido evento.

Objetivando o estudo comparativo do normativo adotado pela PPSA, para viagens a serviço, nacionais e internacionais, visando a identificar fragilidades de controle, foram analisados os normativos relativos a viagens a serviço de outras empresas e foram realizadas reuniões junto a outras instituições.

Não foram identificadas impropriedades, não sendo emitidas recomendações. Nos exames realizados foram identificados apenas oportunidades para aperfeiçoamento dos processos.

Como resultado do trabalho podemos destacar a contratação de agência de turismo, para fornecimento dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reservas, emissão, cancelamento, marcação e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e

internacionais, e seguro-viagem, quando aplicável, com utilização de sistema informatizado de gestão de viagens.

5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Não foram identificados fatos relevantes que impactaram a atuação da Auditoria Interna. As ações de auditoria foram realizadas dentro do esperado, com alguns atrasos em função da complexidade e ineditismo dos temas abordados.

6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

No exercício de 2015 não foram realizadas ações de capacitação, uma vez que a Auditoria Interna optou por concluir suas ações de auditoria voltadas às áreas finalísticas, o que acabou por comprometer as atividades de capacitação previstas para o exercício. Para 2016, a Auditoria Interna irá optar por capacitações que não comprometam o quantitativo de hh disponível, buscando opções on-line ou em finais de semana.

7. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A criação da Auditoria da Pré-sal Petróleo é recente, os primeiros relatórios estão em fase de conclusão. Não existem recomendações pendentes de implementação

8. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS

Durante o exercício de 2015, a Auditoria Interna participou de diversas atividades assessorando à Diretoria Executiva. A Auditoria Interna assessorou na confecção do Relatório de Gestão da empresa, na confecção de resposta ao questionário sobre a gestão das empresas estatais do DEST e no apoio à análise do Projeto de Lei n.º 555/2015.

A Auditoria Interna realizou estudos sobre os Production Sharing Contracts, sobre aplicação do Balanced Scorecard na realidade da empresa e sobre aplicação da Imunidade Tributária Recíproca. A pedido do Conselho Fiscal, realizou estudos acerca do normativo de diárias e passagens.

A Auditoria Interna confeccionou o Regimento Interno e o Estatuto da Auditoria Interna visando a normatizar a sua atuação, procedeu à revisão do PAINT 2015 de forma a adequá-lo as diretrizes apresentadas pela CGU e confeccionou o PAINT 2016, levou a aprovação do Conselho de Administração.

Com relação à ação de avaliação da estrutura de controles internos e gestão de riscos corporativos foram identificados aspectos positivos e oportunidades de melhoria referentes às políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

Foi possível, também, realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

Com relação às Auditorias Operacionais realizadas na Análise do Macroprocesso de Reconhecimento de Custo em Óleo e na Auditoria do Processo de Reconhecimento de Custo em Óleo, apresentamos a seguir, de forma sintética, o resultado preliminar da atuação da Auditoria:

- Foram propostas melhorias na gestão operacional, com alteração no procedimento, fluxograma e propostas de manualização de atividades.
- Foram recomendadas revisões na metodologia adotada na verificação de pertinência e consistência dos gastos, aprimoramento na análise orçamentária, na verificação da variação cambial, no reconhecimento do hh próprio operador e secondees, na identificação dos impostos e na definição dos serviços prestados pelo operador.
- Foi recomendada a realização de controles das remessas dos gastos apresentados para reconhecimento e no gerenciamento da conta custo em óleo.
- Foi recomendada, também, a confecção de procedimentos para reexame de custo em óleo, de análise dos pedidos de reconsideração, além de recomendações de aprimoramento da auditoria de custo em óleo, por meio da revisão da estrutura organizacional e do estabelecimento de norma de funcionamento da auditoria.

Os pontos de auditoria identificados estão associados à ausência de procedimentos, de mapeamento de processos, de orientações, de definições e de manuais, o que é típico em projetos e empreendimentos em fase de estruturação. Não foram identificados pontos que configurassem fraudes, apenas algumas falhas e inconsistências, fraquezas, que, se não tratadas, podem comprometer a realização de atividades e proporcionar espaço para irregularidades.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Nelson Alves Santiago Neto

Auditor Interno